

**POR UMA LITERATURA MENOR NA SALA DE AULA: O CANTO DO MOVIMENTO DE MULHERES
TRABALHADORAS RURAIS (MMTR) DE INHAMBUPE**

Sandra Freitas de Carvalho Cruz¹

Por uma literatura menor na sala de aula: o canto do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Inhambupe é o título de um artigo apresentado na disciplina: Linguagens na sala, oferecida no curso de mestrado em Crítica Cultural da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus II. No presente trabalho, encontramos um esboço prévio do que pretende ser melhor discutido, pesquisado e analisado, no meu projeto de mestrado. Projeto este, que tem o mesmo título do artigo.

No trabalho em questão, inicialmente é exposto o processo de sedimentação comportamental no que se refere as construções de gênero nas sociedades, sobretudo nas que sofreram forte influência da cultura ocidental, como é o caso do Brasil, colonizado pelos Portugueses. Em seguida, apontamos para a importância dos Movimentos sociais feministas no processo de desconstrução dos estigmas limitantes que foram atribuídos ao sujeito feminino, enfatizando o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR) de Inhambupe. Além de pensarmos os cantos produzidos pelas mulheres integrantes deste Movimento como arma de luta, refletindo sobre a importância dessa literatura “menor” estar presente nas salas de aula, visto que nos cantos percebemos um forte potencial literário, cultural e político. Assim, trabalhar com os cantos na sala de aula poderia contribuir para a construção e desconstrução das subjetividades dos sujeitos que compõem a escola. Para tanto, seria necessário mobilizar todo corpo escolar e extrapolar as redações dos currículos escolares, que norteiam as atividades pedagógicas do professor.

Nossas relações interpessoais são reguladas por construtos sociais, instituídos e solidificados por meio de várias instituições como, escola, igreja, associações e pela educação familiar. Nesse sentido vivemos imersos em um emaranhado de conceitos, tais como: o que é ser homem, o que é ser mulher, o que caracteriza uma pessoa como bonita ou feia, inteligente ou não. Estes conceitos, quase sempre conseguem nos aprisionar, nos condenando a viver dentro dessas “normas”, esforçando-se para vedar nossos olhos, o que muitas vezes, pode nos impedir de ver o outro como ser humano, despido desses marcadores sociais.

Na edificação desses conceitos, os valores atribuídos aos grupos sociais foram diferenciados. Na relação homem/mulher, por exemplo, o homem teria a tarefa de trabalhar fora do lar para

¹ Mestranda em crítica cultural. Endereço eletrônico: sanuneb@hotmail.com.

alimentar a família e participar das decisões políticas, porém as mulheres deveriam cuidar das atividades domésticas, da educação das crianças, mantendo-se no espaço privado, não cabendo a estas participar das decisões políticas. Nessa divisão, as atribuições conferidas ao sexo masculino são mais valorizadas. Segundo Jailma Moreira:

uma subjetividade cultural\real construída, como demonstramos, sob o signo da desigualdade, uns podendo e recebendo uma valoração positiva, geralmente o sujeito masculino, e o outro, geralmente o sujeito feminino, recebendo uma negação e um desvalor (2012, p. 5).

Nesse contexto, a atuação da mulher na construção das sociedades torna-se historicamente quase invisível. Assim, há um processo de apagamento do sujeito feminino não só no âmbito da história, mas também nas relações diárias, o que exige um esforço por parte das mulheres para que possam transitar em todos os espaços, públicos e privados e mais que circular, precisam esforçarem-se para ter o direito de falar e principalmente de serem ouvidas. Tudo isso é mantido por meio de uma estrutura dicotômica, homem/mulher, que se enraizou nas sociedades, sobretudo, nas colonizadas pelos povos ocidentais.

Nesse contexto, os Movimentos Feministas têm sido de fundamental importância no processo de desconstrução do pensamento patriarcal. Na segunda metade do século XIX, na Europa e nos Estados Unidos as mulheres começaram um movimento reivindicando o direito de votar e melhores condições de trabalho nas fábricas. O movimento feminista segue se espalhando e se ampliando. Nesse processo de construção, o movimento ficou marcado por dois momentos: o primeiro foi movido pelos direitos de votar e o segundo, iniciado na década de 60, abriu-se o debate sobre o caráter social da diferença de gênero, rompendo com a afirmação de que a mulher nasceu com características como: protetora, calma, recatada, maternal e o homem, um sujeito viril, dominador. Essas características não se explicam mais por uma concepção biológica. Assim, o movimento feminista constrói sua base filosófica, que questiona as justificativas naturalistas para a condição de exclusão social a que a mulher foi submetida ao longo da história.

No Brasil, o movimento feminista também se inicia com a luta pelo direito das mulheres ao voto, no século XX. Durante a ditadura militar muitas mulheres morreram pela democracia. O ano de 1975 foi considerado Ano Internacional da Mulher pela Organização das Nações Unidas - ONU. Apesar disso, o movimento feminista aqui no Brasil ainda luta contra a violência doméstica e pela criação de políticas públicas para proteger as mulheres. Nessa luta, a fundação, em 1985, da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM) foi um dos resultados mais importantes obtidos, com a atuação do Movimento Feminista. Assim, “o Movimento Feminista Brasileiro foi e é

importante força social para despertar a consciência das mulheres para seus direitos e para questões que as cercam e as afetam direta e indiretamente” (HEILBORN, 2010, p. 50).

Nessa perspectiva, o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Inhambupe vem dando sua contribuição para as mulheres do município. Por meio de uma base articulada, essas mulheres conseguiram fazer sua documentação, que até então a maioria delas não tinha, se tornaram oficialmente lavradoras e assim conseguiram empréstimos, além de lutarem contra a violência doméstica. Com o Movimento, essas mulheres buscam respeito, valorização, políticas públicas, melhorias na saúde, direito a liberdade, a participação política e, sobretudo, a garantia dos direitos humanos.

O Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR) de Inhambupe surgiu em 1987, principalmente porque as mulheres trabalhavam na roça, assim como os homens, colhendo maracujá e ganhavam menos, muitas não recebiam nada por isso, pois não eram reconhecidas como trabalhadoras. Graciete Santos em seu texto “As relações de Gênero na agricultura familiar” (2007), afirma que “nesse modo de produção, as mulheres sofrem opressão, pois o patriarcado opera na invisibilidade de sua condição de trabalhadora”. Por isso que as mulheres seguem lutando. Em 1988, houve o primeiro Encontro Estadual em Salvador, do qual as mulheres trabalhadoras rurais de Inhambupe já participaram. Todavia, o Movimento só foi legalizado em 1996 e registrado como “MMTR Sem Medo de Ser Feliz,” em 2003.

O Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR) de Inhambupe, faz reuniões periódicas na sede do Movimento, em Inhambupe, lideradas por Maria Helena Leys, para discutir as necessidades do grupo; criar estratégia para que as mesmas sejam atendidas; planejam as apresentações culturais do grupo, criam cantos, leem cantos já escritos pelo MMTR-NE, ensaiam a cantoria e as coreografias. Nos cantos, elas convidam outras mulheres a integrarem-se ao Movimento, a conhecerem seus direitos e falam sobre suas lutas e conquistas. Assim, os cantos se confundem com o texto vida dessas mulheres e funcionam como arma de luta contra a sociedade patriarcal excludente. Osmar Moreira em seu livro, “A luta desarmada dos subalternos” (2016), afirma:

Por uma lógica paradoxal, deve-se enfrentar os simulacros e os fetichismos, assumir a lógica do copista e fazer do fragmento o signo de uma totalidade perdida, levar a literatura a funcionar entre os analfabetos e mediar a proliferação dos diários. (p. 39).

Isso nos faz pensar que para mudar os simulacros que nos cercam como verdades _ construindo muralhas que tentam limitar a circulação das mulheres, seu empoderamento social, econômico e político, por exemplo _ precisamos levar a literatura a agir sobre os analfabetos e

proliferar seus diários. Muitas dessas mulheres que participam da produção dos cantos do MMTR de Inhambupe são analfabetas e seus contos são diários, onde elas registram o que sofrem no seu dia-a-dia para sobreviver em uma sociedade capitalista e patriarcal, extremamente excludente. Elas reivindicam o direito de ocupar vários espaços: na economia, na política, na produção cultural e artística; falam dos seus direitos e instigam outras mulheres a participarem do Movimento e se juntarem a luta. Como elucida Osmar Moreira: "... cada ser humano, pobre e explorado, pode, em seu local de exploração, dispor desses signos e avaliar suas formas e ocorrências - quem os produz, sob que vontade - e movimentar uma outra semiótica de deslocamento e reversão" (2016, p. 102). Assim, é no seu lugar de mulher, trabalhadora rural explorada que as mulheres do MMTR de Inhambupe buscam por meio de ações articuladas, deslocar o sentido do ser mulher. No seu canto isso fica evidente.

Nesse contexto, o Canto do MMTR de Inhambupe, enquanto linguagem, tem o propósito de interagir com os ouvintes, de influenciá-los, chamando sua atenção para a importância do Movimento e para a necessidade de inserção das mulheres nas relações sociais, visibilizando a mulher trabalhadora rural em meio a tantos outros atores sociais. Nesse sentido, a escola seria um importante instrumento de circulação dos cantos do MMTR de Inhambupe. Todavia, quase sempre, na sala de aula, a linguagem é utilizada para reforçar estigmas e sustentar modelos hegemônicos dos atores sociais. Segundo Denise Portinari (1989, p. 18), citada por Guacira Lopes, no livro, *Corpo, escola e identidade*, (200, p. 68):

Nas escolas, não apenas as diversas áreas ou disciplinas foram produzidas sob a perspectiva masculina heterossexual (e, então, tradicionalmente, deixam de fora os saberes, as experiências e os problemas das mulheres e dos grupos homossexuais); mas todos os "textos", no sentido amplo do termo, são geralmente, construídos sob essa ótica.

Assim, a instituição escolar durante toda sua história, de diversas formas _ nas brincadeiras escolares durante a educação infantil, ao exigir um comportamento apropriado para o homem e outro para a mulher, ao trabalhar em sala alguns textos que reforçam a relação dicotômica homem/mulher, entre outras formas _ reafirmam os estigmas presentes nas relações de gênero. Nessa perspectiva, podemos inferir que o canto do MMTR de Inhambupe, enquanto discurso que protesta essa dicotomia, se lidos, analisados e discutidos nas salas de aula, poderiam interferir na construção das subjetividades do educando, poderiam influenciar na ampliação da visão do que é ser mulher. Segundo Passos:

Uma educação comprometida com uma nova ordem social precisa ser capaz de romper com conceitos universais e imperativos morais e investir em uma prática que respeite a subjetividade e proporcione ao indivíduo o exercício da liberdade. Esse compromisso implica na existência de um(a) novo(a) educador(a), de novos

conteúdos programáticos, na resignificação do processo de avaliação, enfim, em uma nova prática educativa (2011, p. 56).

Nessa perspectiva, a escola precisa discutir gênero, raça, sexualidade e outras questões, fazendo isso, sobretudo, de forma articulada com o que os alunos vivenciam no dia-a-dia e não apenas trabalhando os conteúdos limitados dos currículos escolares, os quais trazem como indicação de leitura apenas os textos literários canonizados e muitas vezes utilizam roteiros de leitura padronizados, sem preocupação com o desenvolvimento da capacidade crítica dos alunos.

Assim, nesse processo de construção do saber escolar, a produção cultural da comunidade, na qual a escola está inserida, geralmente, não é considerado como conhecimento digno de ser discutido em sala de aula. Os cantos do MMTR de Inhambupe não eram trabalhados nas aulas, até o ano de 2008, fato que possivelmente se manteve. Além disso, em boa parte da história do Movimento as mulheres foram proibidas de entrar nas escolas. Todavia, nestas escolas têm filhas (os), netas (os), sobrinhas (os), entre outros parentes das mulheres integrantes do MMTR de Inhambupe. Os educandos ouvem os cantos dessas mulheres em casa, conhecem suas lutas, vivenciam a violência doméstica, veem a dificuldade das mulheres trabalhadoras rurais de serem reconhecidas como trabalhadoras e não apenas ajudantes dos maridos, mas a escola despreza todos esses fatores que compõem aqueles sujeitos que estão nas salas de aula. Denize Zoghbi, em seu texto: “Mulher negra, identidade e educação” diz:

O que tem pontuado o cenário da educação brasileira, é a possibilidade quanto a atividade que os educadores podem exercer com seus estudantes em sala (distintas modalidades e níveis de ensino). Estas atividades têm de apresentar proximidade com os interessados, envolver-se no seu cotidiano, provocar conhecimento e, principalmente nas escolas públicas em que a maioria dos estudantes é negra, encaminhar os dados históricos e culturais de fontes confiáveis para interação professor\assunto\estudante\vida (2016, p. 94).

Logo, uma prática pedagógica emancipatória, que vise a formação de estudantes críticos, os quais se reconheçam enquanto sujeitos integrantes da sociedade e, como tal, capazes de intervir no meio em que vivem, precisa aproximar o educando da comunidade, o conhecimento escolar deve estar articulado com o texto\vida. Nesse sentido, é necessário discutir as relações de gênero na escola, partindo, por exemplo, de dados estatísticos, relatos de mulheres e também da literatura, a qual não é simplesmente um objeto de admiração, que fica longe dos indivíduos, que nada tem a ver com suas vidas, ao contrário, a literatura é produto dessas vidas e objeto de enunciação, inclusive para os grupos sociais marginalizados. Nesse contexto, podemos questionar: como vem se reconstruindo o conceito de literatura na contemporaneidade? Quem a produz? O canto do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR) pode mesmo ser considerado uma literatura? Porque muitas literaturas ditas populares não são discutidas nas salas de aula? Para Jailma Moreira:

“[...] podemos considerar como violência também o silêncio imposto a diversas autoras de nossa literatura que por vezes tem a sua produção literária menosprezada e invisibilizada” (2012, p, 11). Assim, sufocar o canto do MMTR de Inhambupe é um ato de violência.

Diante do exposto, podemos nos questionar por que, então, os cantos do MMTR de Inhambupe não estão nas escolas. Obviamente pensamos de imediato nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), documento normativo que define o que é essencial os alunos aprenderem. Em partes sim, neste documento, há todo um conhecimento padronizado exigido pelo Ministério da Educação daqui do Brasil para os alunos aprenderem, porém nos parâmetros encontramos brechas que permitem ao professor ampliar um pouco mais o leque de conteúdos trabalhados em sala.

Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013).

Contudo, quase sempre as aulas são pautadas exclusivamente nos textos literários canonizados e nos livros didáticos. Para Elizete Passos, o atual modelo de educação confere muita importância ao mundo livresco “sendo o livro tomado como fonte de verdade, em detrimento de outras formas de apreensão do mundo” (2011, p. 50). Todavia, o que se tem verificado ao analisar as representações de gênero e outros grupos nestes livros é que: “muitas dessas análises têm apontado para a concepção de dois mundos distintos (um mundo público masculino e um mundo doméstico feminino), ou para a indicação de atividades “características” de homens e atividades de mulheres.” (LOURO, 1997, p. 70).

Logo, o trabalho com o livro didático deve ser bem conduzido e não pode assumir o status de verdade. Assim, uma literatura local produzida por um grupo marginalizado e sem prestígio pode ter um bom efeito na construção do conhecimento e no desenvolvimento do pensamento crítico do educando. Nesse processo, o professor tem papel fundamental, porque ele tem contato direto com o aluno, ele elabora a aula e ao selecionar os textos a serem lidos em sala, podem agregar textos não canonizados como os cantos do MMTR de Inhambupe. Porém, o professor pode não estar preparado para trabalhar essas questões, além disso, a direção da escola pode intervir nesse processo. Infelizmente, em muitas escolas aqui no Brasil, o conteúdo trabalhado pelo professor ainda é monitorado e limitado. Todavia, para Elizete Passos:

Nem o/a educador(a) nem o conteúdo programático devem ser mais importantes do que a realidade, o que não significa desconhecer o valor do conteúdo sistematizado, mas sim, apresentá-lo como fruto do trabalho de seres humanos de carne e osso que precisa ser usado como ajuda para se entender e organizar as experiências, o que pressupõe mudanças nos planos tanto individual quanto social (2011, p. 57).

Nessa perspectiva, os planos de aula devem ser elaborados levando em consideração os alunos daquela comunidade, pensando não só nos conteúdos, mas também, nas relações interpessoais, dentro e fora da sala de aula. Nesse sentido, discutir gênero, partindo da literatura produzida por mulheres daquela comunidade, como os cantos do MMTR de Inhambupe, poderia funcionar como uma ferramenta eficaz no processo educativo e sobretudo de construção de subjetividades, incluindo a formação pessoal do próprio professor que também foi educado numa perspectiva patriarcal.

Sendo assim, a educação é um processo complexo que precisa estar sempre sendo reavaliado, e os planos de aula precisam ser elaborados e aplicados de acordo com o momento histórico e com a necessidade dos alunos, não pode ser dada como um bloco homogêneo, pronto e acabado, adaptável a toda realidade e a todos os grupos sociais. Logo, pensar em uma educação que funcione, é pensar em todo um sistema que compõe a escola, desde as estruturas físicas das escolas, até os alunos, diretores, corpo técnico e professores; que precisam também serem capacitados para lidarem com tanta diversidade. Além dos currículos escolares mais flexíveis. Contudo, para pensarmos de forma mais aprofundada o porquê dos cantos do Movimento de Mulheres Trabalhadoras (MMTR) de Inhambupe e outras literaturas marginalizadas estão fora da sala de aula, exigiria um processo de pesquisa e investigação muito maior. Por hora, inquietar-se com a forma como a educação é conduzida no Brasil é o suficiente.

REFERÊNCIAS

- HEILBORN, Maria Luiza. Políticas públicas e Gênero. Gestão de políticas públicas em gênero e raça/ GPP- GeR Módulo II: Rio de Janeiro, 2010.
- LIMA, Maria Leone. Educação e práticas pedagógicas: gênero e diversidade na sala de aula. In: *Ensino e gênero: perspectivas transversais*. Salvador: UFBA - NEIM, 2011.
- LOURO, Guacira Lopes. A emergência do gênero. In: *Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- LOURO, Guacira Lopes. Corpo, escola e identidade. In: *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 25, p. 59-76, jul./dez. 2000.
- LOURO, Guacira Lopes. A construção escolar das diferenças. In: *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- MOREIRA, Jailma dos santos Pedreira. Reescrita de si: produções de escritoras subalternizadas. In: *Anais Eletrônicos do IV Seminário Nacional Literatura e Cultura*. São Cristóvão/SE: GELIC/UFFS, 2012, p.1-12. Disponível em: http://200.17.141.110/senalic/IV_senalic/textos_completos_IVSENALIC/TEXT0_IV_SENALIC_195.pdf Acesso em 15 de jul. de 2017.
- MOREIRA, Osmar. *A luta desarmada dos subalternos*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016.

PASSOS, Elizete; ROCHA, Nívea e BARRETO, Maribel. Gênero e educação. In: *Ensino e gênero: perspectivas transversais*. Salvador: UFBA - NEIM, 2011.

Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). Disponível em: www.portal.mec.br/docman/julho - 2013.

SANTOS, Graciete. As relações de gênero na agricultura familiar. In: *Transformando as relações trabalho e cidadania: Produção, reprodução e sexualidade*. São Paulo: CUT/BR, 2007.

ZOGHBI, Denise Oliveira e SANTOS, Ana Fátima Cruz dos. Mulher negra, identidade e educação. In: *Devir negro*. Salvador: EDUNEB, 2016.

MOVIMENTO DAS MULHERES TRABALHADORAS RURAIS – SEM MEDO DE SER FELIZ: Livreto de canto do Movimento. Bahia, março. 2003.

SALVE O DIA INTERNACIONAL DA MULHER - TRABALHADORA RURAL DECLARE SUA PROFISSÃO. Livrinho de Cantos. Bahia, março. 2007.